

# TERMO DE RESPONSABILIDADE DE CONFORMIDADE COM O REGULAMENTO GERAL DO RUÍDO

Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro

(a) \_\_\_\_\_ ,  
morador na \_\_\_\_\_ ,  
código postal \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ , contribuinte n.º \_\_\_\_\_ ,  
telefone \_\_\_\_\_ telemóvel \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_ ,  
inscrito na (b) \_\_\_\_\_  
sob o n.º \_\_\_\_\_ , declara, para efeitos do disposto no n.º 1 do Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de  
dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que o projeto relativo à obra de (c) \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, localizada em (d) \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
freguesia \_\_\_\_\_ , cujo/a (e) \_\_\_\_\_ ,  
foi (f) \_\_\_\_\_ por (g) \_\_\_\_\_ ,  
se encontra em conformidade com o Regulamento Geral do Ruído.

Lisboa, \_\_\_\_\_

Assinatura reconhecida ou comprovada pelo atendedor municipal mediante  
cópia do documento de identificação

## Instruções de preenchimento:

- (a) Nome e habilitação profissional do autor do projeto
- (b) Indicar associação pública de natureza profissional, quando for o caso
- (c) Indicar a natureza da operação urbanística a realizar (definições constantes no art.º 2º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro)
- (d) Localização da obra (rua e número de polícia)
- (e) Indicar se se trata de licenciamento, comunicação prévia ou informação prévia
- (f) Indicar que foi "requerido" no caso de licenciamento ou informação prévia e "apresentada" no caso de comunicação prévia
- (g) Indicação do nome e morada do requerente / comunicante

## Notas:

- Caso não sejam respeitadas todas as normas legais e regularmente aplicáveis, tal poderá ser ressalvado no Termo de Responsabilidade e justificado na Memória Descritiva e Justificativa
- Nos termos dos artigos 98º e 99º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, as falsas declarações dos autores dos projetos no Termo de Responsabilidade relativamente à observância das normas técnicas gerais e específicas da construção, bem como das disposições legais e regulamentares aplicáveis ao projeto constituem contra-ordenação, podendo determinar sanções acessórias
- Nos termos no art.º 10º, n.º 6 e no artigo 99, n.º 3, as sanções aplicadas aos autores do projeto são comunicadas à respectiva associação profissional, quando for o caso
- Quando se indica a associação pública de natureza profissional, a mesma deve garantir a qualificação dos técnicos para a responsabilidade assumida, em termos de elaboração de projetos (artigo 4º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na redação da Lei n.º 40/2015, de 1 de junho)